

PEExt no HABEAS CORPUS Nº 494.235 - SP (2019/0047995-5)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
REQUERENTE : GUILHERME VALLATI SARTORI
ADVOGADOS : HEITOR ALVES - SP206101
LETICIA PITOLI - SP391651
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : FLAVIO HENRIQUE SEGALLA (PRESO)
ADVOGADO : LAZARO GUSTAVO RODRIGUES LOPES - SP343362

DECISÃO

Trata-se de pedido de extensão da ordem concedida pela eg. **Quinta Turma** ao paciente FLÁVIO HENRIQUE SEGALLA, às fls. 138-151 dos presentes autos, em benefício do corréu GUILHERME VALLATI SARTORI.

Alega-se, em síntese, que a situação fático-processual do réu é a mesma do paciente, motivo pelo qual requer que o benefício do abrandamento do regime inicial para o resgate da pena do delito de tráfico de drogas, concedido ao paciente seja estendido ao corréu, ora requerente, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

No presente pedido, o requerente pugna pela extensão do benefício concedido ao paciente FLÁVIO HENRIQUE SEGALLA, qual seja, o estabelecimento do **regime inicial semiaberto** para resgate da pena do delito de tráfico de drogas.

Transcrevo o seguinte excerto do voto condutor do v. acórdão desta eg. **Quinta Turma, verbis:**

"Com relação ao regime prisional, cumpre registrar que o Plenário do col. Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional o art. 2º,

§ 1º, da Lei n. 8.072/90 - com redação dada pela Lei n. 11.464/07, não sendo mais possível, portanto, a fixação de regime prisional inicialmente fechado com base no mencionado dispositivo.

Para tanto, devem ser observados os preceitos constantes dos arts. 33 e 59, ambos do Código Penal. [...].

Ademais, a jurisprudência do col. Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de que: "a opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada" (Súmula n. 718/STF), e que: "a imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea" (Súmula n. 719/STF).

Importante consignar, ainda, que: "Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito" (Súmula n. 440/STJ).

Na hipótese, verifica-se nos trechos acima colacionados que o regime inicial fechado para o delito de tráfico de drogas foi determinado tão somente na **gravidade abstrata** e na **hediondez do delito**, não tendo sido apresentado fundamento concreto para imposição de regime mais gravoso do que o cabível em razão do **quantum** de pena aplicado.

Sendo o réu primário, fixada a pena-base no mínimo legal e considerada como favoráveis todas as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, o regime inicial **semiaberto** mostra-se mais adequado para o resgate da reprimenda do crime de tráfico de drogas, nos termos do art. 33, § 2º, alínea **b**, do Código Penal.

[...]

Ante o exposto, não conheço do **writ**.

Contudo, **concedo a ordem de ofício** apenas para estabelecer o **regime inicial semiaberto** para resgate da pena do delito de tráfico de drogas, mantidos os demais termos da condenação..". (fls. 147-151)

Pois bem, conforme se extrai da decisão referida, e mediante reanálise processual, não se verifica, a toda evidência, a existência de diversidade da situação fático-processual entre o paciente e o ora interessado que impeça a concessão do pedido aqui deduzido.

Entendo, portanto, que resta demonstrado, também em relação ao corréu GUILHERME, o constrangimento ilegal em virtude da imposição do regime inicial fechado para o delito de tráfico de drogas, determinado tão somente na **gravidade abstrata** e na **hediondez do delito**, sendo devida a extensão do benefício concedido, com fulcro no art. 580 do Código de Processo Penal. Acerca

da aplicabilidade do disposto no art. 580 do CPP, aliás, cito os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO BELVEDERE. PEDIDO DE EXTENSÃO. SIMILITUDE DE SITUAÇÃO PROCESSUAL. INEXISTÊNCIA DE EMPECILHO INERENTE À CIRCUNSTÂNCIA DE CARÁTER EXCLUSIVAMENTE PESSOAL. APLICAÇÃO DO ARTIGO 580 DO CPP. POSSIBILIDADE. PEDIDO DEFERIDO.

1. Demonstrada a similitude da situação processual do peticionário com a do paciente, deve-se estender a ordem, eis que não se verifica a existência de qualquer circunstância de caráter exclusivamente pessoal que a obstaculize, sendo aplicável, pois, o artigo 580 do Código de Processo Penal.

2. Pedido de extensão deferido em relação ao peticionário, bem como ao corréu restante em idêntica situação, a fim de substituir as suas prisões preventivas por medidas cautelares diversas do encarceramento, nos termos do artigo 319 do Código de Processo Penal; sem prejuízo de que o Juízo a quo, de maneira fundamentada, examine se é caso de aplicar mais outras medidas implementadas pela Lei n.º 12.403/11, ressalvada, inclusive, a possibilidade de decretação de novas prisões, caso demonstrada necessidade" (PExt no HC 378.207/BA, Sexta Turma, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 22/03/2017).

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. APREENSÃO DE UMA PORÇÃO DE MACONHA (0,88g) E UMA DE COCAÍNA (1,6g). EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. RETARDO INJUSTIFICADO. PACIENTE PRESO HÁ MAIS DE UM ANO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. EXTENSÃO AO CORRÉU. CONDIÇÃO FÁTICA-PROCESSUAL SÍMILE. INCIDÊNCIA DO ART. 580 DO CPP. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO, COM EXTENSÃO AO CORRÉU.

1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se

concede a ordem de ofício.

2. Eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional.

3. Caso em que o paciente se encontra preso desde 20/12/2015, há mais de 1 ano e 1 mês, sem qualquer dado indicativo de conclusão da instrução, com a sentença, porque teria sido flagrado com cerca de 1,6 g de cocaína e 0,88g de maconha. A ação penal conta com apenas dois réus, e não se identifica qualquer ato procrastinatório da defesa. Precedentes.

4. O *corrêu* encontra-se na mesma condição fático-processual do ora paciente. Extensão dos benefícios, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal.

*5. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para relaxar a prisão preventiva do paciente, mediante a aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP a serem estabelecidas pelo juízo processante, com extensão ao *corrêu* JEAN AUGUSTO MONTELS BIDOIA, se por outro motivo não estiverem presos" (HC 376.859/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 17/02/2017).*

Ante o exposto, defiro o pedido de extensão formulado para estabelecer o regime inicial semiaberto para resgate da pena do delito de tráfico de drogas, mantidos os demais termos da condenação, ao requerente GUILHERME VALLATI SARTORI.

P. e I.

Brasília (DF), 08 de novembro de 2019.

**MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**

Relator